



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

ADRIANA MUNIZ DA PENHA SOUSA

**O MULTICULTURALISMO NO ÂMBITO ESCOLAR:
UM DILEMA NA EDUCAÇÃO**

**CATOLÉ DO ROCHA- PB
2014**

ADRIANA MUNIZ DA PENHA SOUSA

**O MULTICULTURALISMO NO ÂMBITO ESCOLAR:
UM DILEMA NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof. Ma. Joana Emília Paulino de Araújo Costa

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725m Sousa, Adriana Muniz da Penha
O multiculturalismo no âmbito escolar: [manuscrito] : Um dilema na educação / Adriana Muniz da Penha Sousa. - 2014. 26 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014.

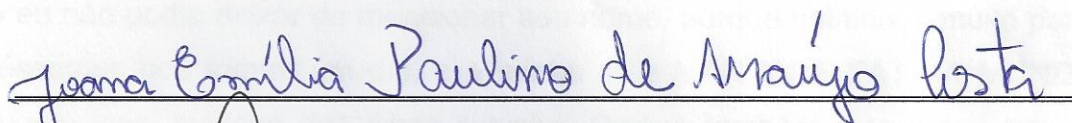
"Orientação: Ma Joana Emilia Paulino de Araújo Costa, Departamento de Letras e Humanidades".

Multiculturalismo. Escola. Identidade. Alteridade. Prática pedagógica. I. Título.

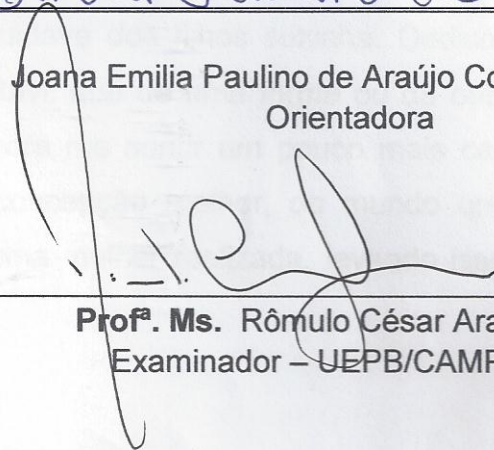
21. ed. CDD 370.117

**O MULTICULTURALISMO NO ÂMBITO ESCOLAR:
UM DILEMA NA EDUCAÇÃO**

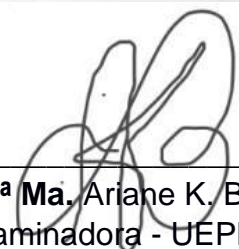
BANCA EXAMINADORA



Profª. Ms. Joana Emilia Paulino de Araújo Costa – UEPB/CAMPUS IV
Orientadora



Profª. Ms. Rômulo César Araújo Lima
Examinador – UEPB/CAMPUS IV



Profª Ma. Ariane K. B. de Sá Barreto
Examinadora - UEPB/CAMPUS IV

APROVADO EM: 21 de julho de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico em especial ao meu pai, FRANCISCO SALES DA PENHA, já falecido, mas eu não podia deixar de mencionar seu nome, porque batalhava muito para que pudéssemos nos formar um dia, e a minha mãe MARIA DE FÁTIMA MUNIZ, que enquanto isso, cuidava dos filhos sozinha. Dedico também, aos meus três filhos: André, Diogo e Ravi, que de uma forma ou de outra, me impulsionaram a concluir esse processo, para me sentir um pouco mais capaz e seguir com o objetivo de levá-los a uma concepção melhor, do mundo que os rodeiam, e com isso, me conhecer como uma mulher realizada, levando isso como contribuição para minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado coragem de questionar realidades às quais eu duvidava que era capaz e me propor sempre novas possibilidades de comprovar justamente o contrário, me mostrando sim, que eu era apta a isso, iluminando sempre a minha caminhada durante essa trajetória que eu conquistei com muito esforço, porém suas forças foram o meu sustento, meu guia.

Aos meus colegas de sala, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, por terem sempre uma maneira de me ajudar quando eu não podia chegar no horário ou até mesmo nem podia ir à aula, assim como também aos professores que foram sempre resignados quando precisei deles.

Meus familiares e amigos que nunca faltaram com disposição e companheirismo, se colocando sempre do meu lado quando precisei.

E, por fim, a minha orientadora Joana Emilia por seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo das supervisões das minhas atividades para conclusão desse artigo.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (Laraia, 2001, p.68)

O MULTICULTURALISMO NO ÂMBITO ESCOLAR: UM DILEMA NA EDUCAÇÃO

SOUSA, Adriana Muniz Da Penha¹

RESUMO

A escola não deve ser vista apenas como uma instituição social. Ela deve ser vista, principalmente, como um espaço que promova o desenvolvimento da autonomia e respeite as diversas culturas existentes nela. Assim, esse artigo é resultado de um estudo teórico que envolve discussões sobre a educação e a identidade negra, relacionando-as à construção do processo educativo e abordando particularidades da formação da identidade pessoal e cultural na sociedade brasileira. Além disso, discutimos a construção da identidade negra na prática docente. Sendo assim, nossa inquietação visa saber quais são as principais categorias do multiculturalismo que favorecem o desenvolvimento de práticas docentes que respeitam a alteridade na sociedade brasileira? Para isso, usamos uma fundamentação teórica de autores como Muniz Sodré A. Cabral (1996; 2008), Nestor Canclini (1990); Manuel Castells (1999); Stuart Hall (2006); Peter McLaren (2000), que abordam as questões sobre multiculturalismo na escola, explicitando a categoria identidade. Com isso, nosso objetivo geral é sistematizar, a partir da teoria multiculturalista, as categorias relacionadas ao desenvolvimento de práticas que estimulem o respeito a cultura afro-brasileira. Para alcançar esse objetivo geral, tivemos que discutir sobre a origem do racismo no Brasil e o preconceito na escola, a partir das vivências dos negros desde os momentos iniciais da formação social do povo brasileiro até a atualidade; compreender como as questões sobre a discriminação racial estão relacionadas ao cotidiano escolar. Para isso, esse trabalho está estruturado da seguinte forma: apresentamos a origem do racismo no Brasil e do preconceito na escola. E em seguida, tratamos das principais categorias que o multiculturalismo utiliza, visando uma prática pedagógica emancipatória. Consideramos que uma prática pedagógica multicultural possibilita a ação recíproca da radicalidade democrática.

Palavras-chave: Multiculturalismo. Escola. Identidade. Alteridade. Prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A escola não é um espaço neutro, onde após entrarmos, podemos deixar de fora os conflitos raciais e sociais. Por isso, o pano de fundo deste artigo envolve à sociedade brasileira e suas relações raciais. Assim, nossa preocupação é estudar a discriminação e o preconceito racial presentes na educação e como essas questões

¹ Graduanda em letras pela UEPB, Campus IV em Catolé do Rocha.

étnico-raciais são ressaltadas na escola. Embora, a escola não pode ser vista apenas como uma instituição social que atende as demandas institucionais da sociedade, mas que nesta reproduzem e refletem os fatores que constituem uma nação autônoma ou não.

Nosso enfoque está voltado para o estudo da discriminação na escola, cuja função é formar cidadãos críticos, reflexivos e que respeitam a alteridade. Nesse contexto, a identidade é formada por meio das relações vividas no dia a dia do sujeito, realizada nos diversos espaços discursivos que incluem a escola.

Convém distinguir a esse propósito, que a escola é um espaço composto por uma diversidade cultural muito grande. Diante disso, o professor tem a oportunidade de elaborar metodologias didáticas interativas, de forma que, tanto o professor quanto o aluno possam aprender juntos respeitando as diferenças de um modo geral. O que na verdade, na maioria das vezes, acaba não acontecendo e que nos leva a supor que a prática dos professores está distante de uma análise histórica, sociológica, política e antropológica sobre a diversidade étnico-cultural.

A esse respeito, é preciso progredir muito ainda, tendo em vista que a escola possui um papel crucial na formação da identidade de qualquer indivíduo. Por isso, é necessário também, revisitar a importância que a questão racial incorpora na vida profissional e pessoal de qualquer sujeito.

Sabemos que a discriminação racial ainda está muito presente na estrutura da sociedade brasileira, visto que o Brasil é um país rico em etnias diversas. Então, não devemos permitir que práticas excludentes permaneçam vigentes em nosso sistema educacional. Sendo assim, nossa inquietação é descobrir quais são as principais categorias do multiculturalismo que favorecem o desenvolvimento de práticas docentes que respeitam a alteridade na sociedade brasileira?

A partir desse questionamento, nosso objetivo geral é sistematizar, a partir da teoria multiculturalista, as categorias relacionadas ao desenvolvimento de práticas que estimulem o respeito a cultura afro-brasileira. Para alcançar esse objetivo geral, tivemos que discutir sobre a origem do racismo no Brasil e o preconceito na escola, a partir das vivências dos negros desde os momentos iniciais da formação social do povo brasileiro até a atualidade, e por fim, compreender como as questões sobre a discriminação racial estão presentes na escola.

Além disso, apresentar a visão multiculturalista e suas principais categorias, as quais podem ser apresentadas desde visões mais abertas ou folclóricas, que

tratam da valorização da pluralidade cultural a partir do conhecimento dos costumes e processos de significação cultural das identidades plurais, até visões mais críticas, cujo foco é, justamente, o questionamento sobre os racismos, sexismos e preconceitos de forma geral, buscando perspectivas transformadoras nos espaços culturais, sociais e organizacionais.

A esse propósito, mencionaremos Sodré como articulador do multiculturalismo, o qual defende que na cultura negra, o corpo é fundamental. Sobre o corpo se assenta toda uma rede de sentidos e significações. Esse não é apartado do todo, pertence ao cosmos, faz parte do ecossistema: o corpo se integra ao simbolismo na forma de gestos, posturas, direções do olhar, mas também de signos e inflexões microcorporais, que apontam para outras formas perspectivas (SODRÉ, 1996).

A instituição escolar como instância formadora de identidade tem um papel a desempenhar no contexto das relações interétnicas face a essa diversidade. Sua função é estimular a reflexão e o jeito de ver o outro e suas divergências. Perante isso, podemos ver a linguagem como um órgão competente na interação social, que proporciona ao homem o seu desenvolvimento nos seus feitios distintivos, que trata da sociabilidade e da consciência. Então, é de suma importância que a escola busque implantar uma didática que se molde e que se concretize a esse crescimento, levando em conta como lidar com uma situação de preconceito em sala de aula.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa teórica. As obras pesquisadas nos forneceram os elementos que serviram como subsídio para se compreender a procedência e como se dá a transmissão histórica do racismo em nosso meio.

Essa pesquisa tem como propósito defender a introdução da perspectiva multicultural no dia a dia das escolas e da sala de aula, que geram muitas questões para a didática, relacionadas com a seleção dos conteúdos escolares, as estratégias de ensino, o relacionamento, que necessitam ser revisitados e ressignificados.

O primeiro item do nosso trabalho fala sobre a origem do racismo no Brasil e do preconceito na escola. A partir desse tema pode-se observar que em todo decorrer da história do nosso povo desde o berço da nossa formação cultural, o racismo, o preconceito e a discriminação estiveram presentes em nossa sociedade.

Em seguida, apresentamos a discriminação racial na escola, explicitando a categoria identidade como central a essa perspectiva, visando contribuir para o

processo de reflexão de profissionais da educação na elaboração de novas técnicas de combate ao racismo no âmbito escolar e na sociedade em geral. É imprescindível compreendermos o racismo, o preconceito e a discriminação que estão envolvidos em nossa sociedade, sem antes conhecermos nossos próprios valores. De tal forma se quisermos uma sociedade de justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em um espaço de equidade e de respeito.

O terceiro item explicita as principais categorias do multiculturalismo visando uma prática pedagógica emancipatória, as quais influenciam as questões de discriminação racial, pontuando a complexidade dessa problemática e as relações entre escola e cultura, além de abranger como é trabalhada essa relação no cotidiano escolar.

Com uma visão multicultural, podemos dizer que a educação, e em destaque a escola, juntamente com os professores, são vistos como uma espécie de esperança para a sociedade contemporânea.

2 A ORIGEM DO RACISMO NO BRASIL E DO PRECONCEITO NA ESCOLA

O preconceito e a discriminação racial no Brasil é um fato histórico. Surgiu na colonização abertamente e criou uma “hierarquia racial e social” que está injustamente associada à cor da pele das pessoas e também a outras características que vão identificar os indivíduos dentro dos degraus dessa “hierarquia”.

Essa cultura racista e preconceituosa se aprofundou na alma do povo brasileiro pondo em desvantagem o grupo étnico-racial dos negros, colocando em posição de supremacia os grupos brancos europeus. Como disse Silva (2010), isso ocorre porque os negros são vistos como descendentes de escravos.

A cultura da colonização se apresenta como uma cultura “predadora”, que nasce devorando a cultura dos negros, cometendo um “verdadeiro canibalismo” contra as espécies (raças) que foram dominadas e expostas a uma segregação cultural, social, econômica e racial. E os negros, embora tenham se misturado com outras raças, os afrodescendentes são marginalizados em todos os seguimentos da sociedade ainda. Até nossos dias, os negros estão sofrendo a marginalização e a exclusão social (SILVA, 2010).

O racismo tem como base o entendimento de que os negros são inferiores aos brancos, servindo como elemento de estrutura das relações sociais que justifica e consolida a escravidão que submeteu os povos africanos (SILVA, 2010).

Entendendo o preconceito como uma prática muito comum, transmitido pela oralidade e pela escrita, é notório a forma que o colonizador usava para discriminar os povos citados. Veja a expressão que Schwarcz (2001, p. 16) utiliza quando diz: “eis a representação primeira desses ‘naturais’, caracterizados a partir da ‘fala’. Ela defende que, sendo transmitido na oralidade pelos saberes populares e na literatura escrita por poetas, historiadores e religiosos, o preconceito étnico/racial foi encarado pelo colonizador como um método para a sua prática pedagógica de “civilização”.

A esse respeito Schwarcz (2001, p. 17) declara que: “diante dessa população ‘demonizada’, a colonização e a catequese eram entendidas e representadas como provas de benfeitorias, ações valorizadas, em outra ordem divina”. No entanto, há pesquisadores que estudavam aquela sociedade e discordavam da reputação que os portugueses passavam destas gentes. Entre eles, destaca-se o filósofo francês Montaigne que argumentou não ver nada de bárbaro ou selvagem naquilo que diziam daqueles povos; o que havia na verdade, era que as coisas que não se praticava em sua própria terra, cada qual via no outro como bárbaro (MONTAIGNE, 1580, apud SCHWARCZ, 2001). Portanto, um racismo político e cultural.

Já na época moderna, com início em 1870, nas escolas de direito, do Recife e de São Paulo, e nas escolas de medicina, da Bahia e do Rio de Janeiro notava-se a origem do preconceito e do racismo. Dificilmente, negros estudavam nesses espaços. Guimarães (2004) afirma que o discurso sobre a diferença inata e hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral, entre grupos da espécie humana, distinguíveis a partir de características somáticas, é resultado das doutrinas individualistas e igualitárias que distinguem a modernidade da Antiguidade ou do Medievo e, no nosso caso, do Brasil colonial e imperial.

Segundo Guimarães (2004), o racismo surge, inicialmente, no cenário da política brasileira, concomitante, à abolição da escravatura e, conseqüentemente, à igualdade política e formal entre todos os brasileiros, e mesmo entre estes e os africanos escravizados. Sobre a questão, sugerimos para maiores aprofundamentos a obra: *O espetáculo das raças*, de Lilia Schwarcz (1993).

O racismo brasileiro não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão; mas, que foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente, aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiram às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café. Assim, o Brasil crescia os índices do racismo (GUIMARÃES, 2004).

Avaliando o Brasil de hoje, pode-se dizer que não aconteceram grandes mudanças quanto ao preconceito e a discriminação, os negros de nossos dias sofrem constrangimentos semelhantes aos passados. Isso vem se desdobrando como um processo histórico contínuo não mais abertamente como no princípio, mas, camuflado nos métodos modernos de ensino que procedem da origem de algumas correntes conservadoras do sistema capitalista e, neste caso, são vítimas, não apenas negros, pois, excluem-se também os brancos pobres. Acerca desse sistema de reprodução da política colonial opressora e ainda “escravagista”, Silva (2010, p. 259) se posiciona da seguinte maneira:

A sociedade brasileira e suas instituições, inclusive a escola, vão se constituir em sintonia com esse projeto colonial que institui o racismo e as práticas racistas em suas instituições. Dessa forma, a sociedade em geral e a educação em particular assimilam e reproduzem o imaginário brasileiro a respeito da população negra, como uma população inferior.

A questão que dificulta encontrar essa identidade, talvez seja dada por duas razões: primeiro, o fato de se debater tanto o assunto do racismo, não significa dizer que, por isso, ele esteja sendo vencido. Segundo, porque não obstante o preconceito, da discriminação e do racismo, o povo brasileiro é hoje um povo de sangue misto, formado pela junção dessas culturas.

Por causa dessa complexidade o indivíduo se confunde de tal forma que fica difícil perceber sua identidade, tanto pela mistura de raças quanto pelo desafio de assumir-se alvo do preconceito social e, às vezes, do seu próprio preconceito. Alguns conseguem superar esses obstáculos chegando a assumir a sua identidade negra e a se elevar socialmente, mas, a maior parte continua nos degraus das classes desprivilegiadas e, apesar de ser identificada por suas características negras, não é denominada (SILVA, 2010, p. 258).

Castells (1999) define identidade como sendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Ele ainda trata sobre esse conceito que não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades, ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade. Ele cita dois exemplos para esclarecer essa questão: as mulheres ainda se relacionam com os homens. E o fundamentalismo religioso ainda tenta converter o mundo.

Entendo que um dos agentes do racismo no Brasil deve-se ao fato de termos sido instigados a crer que vivemos num democratismo racial, constituído pela mistura harmoniosa de três raças: indígena, branca e negra. Assim, negou-se e nega-se a enorme heterogeneidade racial, afirmando-se que há no Brasil apenas uma desigualdade social, a questão de classe.

A sociedade passa por um processo irreversível de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Da cultura local, ou seja, inserida num determinado espaço, povoado, região ou território, passa-se a uma cultura híbrida ou várias culturas sem fronteiras (CANCLINI, 1990).

3 DISCUTINDO A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA

As polêmicas sobre preconceito racial têm aumentado consideravelmente na cultura brasileira; envolvendo as práticas cotidianas da escola. Temos que considerar que o Brasil é um país mestiço, e portanto, sombreado pelo multiculturalismo². Os costumes se entrelaçam numa escola com olhar preconceituoso, onde a inclusão fica apenas na teoria, enquanto na prática a exclusão permanece. Pois, em certos casos os próprios estudos literários encaminham o preconceito para o negro, sendo realmente difícil conviver com as diferenças. Segundo Juan Comas:

² Ver: Sodré Muniz. *A Narração do Fato – notas para uma teoria do acontecimento*. Vozes, 2008.

A pigmentação relativamente escura é uma marca de diferenciação que condena numerosos grupos ao desprezo, ao ostracismo e a uma posição social humilhante. O preconceito de cor é tão acentuado em certas pessoas que dá origem a fobias quase patológicas, estas não são inatas, mas refletem, de uma forma exagerada, os preconceitos do meio social. Afirmar que um homem é um ser humano inferior ao outro porque é negro é tão ridículo como sustentar que um cavalo branco será necessariamente mais ligeiro que um cavalo negro (COMAS, 1970, p. 26).

De acordo com Sodré (2008), para se entender o preconceito é necessário distinguir o conceito de atitude numa cultura miscigenada. “A atitude é um sistema relativamente estável de organização de experiências e comportamentos relacionados com um objeto ou evento particular”. Para cada costume há um conceito racional e cognitivo – crenças e ideias, valores afetivos, que levam as intenções de cada indivíduo. Segundo Sodré (2008), “Preconceito é a opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém cujo teor é construído a partir de análises sem fundamentos, sendo preconcebidas sem conhecimento e/ou reflexão; o prejulgamento.

É uma maneira de pensar na qual a pessoa chega a conclusões que entram em conflito com os fatos por tê-los prejulgado. Constata-se assim, o efeito de muita intolerância, repúdio demonstrado ou efetivado através de discriminação por vários grupos, incluindo religiões, opiniões, idéias, sexualidade, raça, nacionalidade, entre outros. Conclui-se, portanto que o preconceito é uma atitude negativa que o indivíduo está predisposto a sentir, pensar e direcionar-se de forma negativa a determinado grupo. O preconceito tem três componentes: crenças; sentimentos e tendências comportamentais. Crenças preconceituosas são sempre estereótipos negativos.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA DIANTE O PRECONCEITO NA ESCOLA

A escola é um espaço de vivências e construção do conhecimento por meio das relações ali vivenciadas. É um espaço ideal para o despertar da cidadania, e acima de tudo do respeito. Isso, uma vez que a escola permite o contato entre pessoas diferentes.

Conviver com as diferenças é muito mais do que um desafio para o mundo de hoje. Combater o preconceito é mais uma necessidade para que cada um de fato

possa ocupar seu lugar na sociedade e no mundo. Igualdade de direitos e de obrigações. Igualdade de respeitar e se fazer respeitado.

O debate sobre promoção da igualdade das relações étnico-raciais nas escolas ganha intensidade a partir de janeiro de 2003, quando foi sancionada a Lei no 10.639/2003. Como política pública de educação, ela surgiu em resposta a reivindicações históricas de pessoas e grupos do movimento social negro que, de diferentes maneiras, têm se empenhado em prol de ações concretas contra o racismo, o preconceito e as discriminações raciais na sociedade de forma geral e na educação especialmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) de 1996 já não é a mesma. Conforme já citado, a promulgação da Lei 10.639/2003 altera a LDB, incluindo o artigo 26-A, o qual torna obrigatória a temática história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, e, ainda, o artigo 79-B, que estabelece para o calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Posteriormente, em março de 2004, o Conselho Nacional de Educação referendou o dispositivo legal, aprovando as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, identificadas como resolução CNE/CP, 1/2004.

Essas diretrizes explicitam aspectos e princípios fundamentais para a produção de sentidos que contribuem para a gestação de novas relações étnico-raciais, como preconiza a lei. Considerando nossa sociedade multirracial e multiétnica, profundamente marcada por desigualdades e contradições, ditas e não ditas, vivemos um momento privilegiado em que existem práticas isoladas voltadas para a educação anti-racista que podem dar lugar a um olhar crítico, a um diálogo denso e tenso do qual já não se pode fugir. Nesse sentido, vale destacar pelo menos três aspectos fundamentais para que se instaure uma política que faça do reconhecimento das diferenças um caminho para a revisitação de condutas e a busca de referenciais para a construção da igualdade de direitos.

Acredita-se, portanto, que a convivência com as diferenças, proporcionada na escola, pode contribuir decisivamente para a formação humana e cidadã dos alunos.

Diante de uma estrutura preconceituosa, são construídas formas para discriminar o negro em diversos aspectos. A identidade se constrói a partir dos diferentes lugares, espaços e situações vividas entre famílias, na comunidade, no

trabalho, na escola, nos movimentos sociais, ou seja, dependendo da história de vida de cada negra ou indivíduo. Como afirma Silva (1996) apud Backes (2002, p.166), as narrativas culturais “(...) representam diferentes grupos sociais de forma diferente, enquanto as formas de vida de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânone, às de outros são desvalorizadas e proscritas”.

De acordo com esse pensamento não é fácil construir uma identidade negra positiva, convivendo e vivendo num imaginário pedagógico, que trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Mas, é preciso levar em consideração que o perfil de beleza destacado de pele branca, cabelo liso, configura a inferioridade da população negra e torna-se um obstáculo para sua constituição identitária, um ponto que se formula na escola. No entanto, o cotidiano de vida evidencia marcas do preconceito e discriminação a que são submetidos (as) os(as) negros(as) nesta sociedade.

Ao adentrarmos o espaço escolar, observamos que, lá, a situação não é diferente. Ao trabalhar com a coerência da homogeneização, a escola não estima a diferença presente no cotidiano, instalando, assim, a desigualdade, pois reforça *mecanismos psicológicos* etnocêntricos que não possibilitam a afirmação da identidade étnica negra, pois o referencial de ideal tem sido, historicamente, o branco.

Compartilhando o pensamento de Neuza Santos Souza (1983, p.77):

No Brasil ser negro é tornar-se negro, uma vez que nascer com a pele e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra (...) ser negro é tomar posse desta consciência que reassegure o respeito as diferenças e que reafirme uma dignidade alheia e qualquer nível de exploração.

Talvez isto nos ajude a melhor perceber as relações que se dão na sociedade e que têm seus reflexos nos cotidianos escolares onde atuam e são formadas, a qual, de certa forma, está intimamente ligada ao reconhecimento e valorização das diferenças étnico-culturais.

Outro fator predominante na questão de discriminação é a família. Alguns pesquisadores vêm trabalhando com a presunção de que, o sistema escolar trataria os negros como população pobre. Nesse sentido, a criança negra seria encaminhada para uma instituição escolar mais carente. Esse mecanismo

segregacionista encontraria ressonância nas próprias famílias negras, por receio de seus filhos enfrentarem certas situações de racismo e preconceito, optariam por protegê-los, procurando escolas frequentadas por negros ou por população branca mais pobre (Rosemberg, 1987).

Outro tipo de agressão à classe negra vem em forma de brincadeira entre o alunado ou até mesmo na rua entre amigos. É uma violência que atinge simbolicamente as meninas negras, talvez pelo aspecto do cabelo mais chamativo do que o do menino, mais esse motivo não diminui o preconceito relacionado a ambos (SILVA, 2010).

No processo educativo, as diferenças proporcionam um ambiente escolar inibidor e desfavorável ao sucesso e desenvolvimento dos alunos. Portanto, então, a diferença é um importante componente do nosso processo de humanização. O fato de sermos diferentes, talvez seja uma das nossas maiores semelhanças, enquanto seres humanos e sujeitos sociais.

Nesse percurso, os indivíduos negros deparam-se, na escola com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura e a sua história, e isso às vezes interfere no reconhecimento de competência profissional e pedagógica dos negros. A questão racial interfere no campo das subjetividades resultando numa imensa carga de emoção e em situações de discriminação racial no ambiente escolar.

A escola, por sua vez, não vem desenvolvendo qualquer trabalho sistemático efetivo de valorização do negro. A esse respeito, estudiosos criticam agentes pedagógicos por não reconhecerem o direito à diferença, e deste modo, contribuem para mutilar o patrimônio cultural do negro (GONÇALVES, 1987; SILVA, 1987).

As diferenças implicam processos de aproximação e de distanciamento. Nesse jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que a diferença estabelece os contornos da nossa identidade.

Como diz Stuart Hall, “a identidade torna-se uma celebração móvel: formando e transformando continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 12)

Nesse aspecto, é importante observar à questão da pluralidade cultural, que se define no termo multiculturalismo, que pelo fato de lidar com o múltiplo, com o

diverso e com o plural, encara as identidades plurais, como a base de constituição das sociedades.

4 AS PRINCIPAIS CATEGORIAS DO MULTICULTURALISMO: VISANDO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EMANCIPATORIA

O multiculturalismo foi aderido pelas universidades, como abordagem Curricular. Segundo Gonçalves e Silva (1998), o movimento multiculturalista teve início no final do século XIX, com os afro-descendentes, lutando pela igualdade dos direitos civis e contra a discriminação racial, proferem ainda, que os programas e departamentos iniciais, foram instituídos em 1968, na San Francisco State University, que foi fundada em 1899, nos Estados Unidos.

Após esse princípio outras universidades abdicando a oscilação estudantil, abrangem seus conteúdos curriculares com essa inovação extensiva, que lhes capacitam a trabalhar com a diversidade, permitindo aos grupos sociais, o conhecimento de outras culturas.

Essas modificações colaboraram para o dilema racial nos Estados Unidos em meados dos anos 60, que incluíam a juventude negra. Para Glazer (citado por GONÇALVES E SILVA, 1998: p. 34), “eles queriam ser como os brancos, por isso, estavam engajados na integração desconhecendo suas próprias mitologias. Porém, hoje, buscam suas origens tentando a igualdade social, encontrando sua própria identidade”.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirma que 51% da população brasileira é representada pelos afro-brasileiros. Sendo assim, tornou-se obrigatório a inserção de conhecimentos sobre a diversidade nas escolas.

A pesquisa sobre multiculturalismo tende a focalizar a pluralidade cultural em termos da diversidade de identidades culturais, individuais ou coletivas, advogando o direito à voz e o perfil das mesmas nos diversos espaços sociais, educacionais e culturais. Tais estudos têm contribuído para se pensar sobre o múltiplo, o plural e o diferente, bem como para se discutir a edificação discursiva das diferenças e dos preconceitos, de maneira a se pensar em métodos e discursos transformadores, valorizadores da multiplicidade cultural.

Dessa forma, cabe lembrar que na visão de Peter Maclaren (2000), torna-se indispensável que, os educadores críticos ampliem seus currículos, alcançando um

ensino multicultural que absorvam uma especificidade da diferença, mas que ainda, ao mesmo tempo, remetam-se à comunidade dos outros múltiplos sob a lei que diga respeito aos alusivos que norteiem para a liberdade e libertação.

De acordo com essa perspectiva, nós professores, podemos refletir sobre nossa prática pedagógica, sobretudo, pelo fato de trabalharmos sob a orientação dos PCN's. Um documento que apresenta propostas que compõem a afluência dos efeitos e pressupostos teóricos de estudos desenvolvidos no Brasil desde meados dos anos 70. Podemos incluir aqui também, que os PCN's são estruturados por um artifício trivial a todos as regiões, fundamentando nessa configuração, o artefato principal convergente a ser desenvolvido em qualquer lugar e com a parte diversificada que é variante a todas as regiões, para poder assim garantir uma educação de qualidade.

A diversidade cultural é inegável em nosso país, mas, apesar disso, essa questão ainda não é trabalhada favorecendo práticas emancipatórias no cotidiano escolar. Então, é de suma importância que a metodologia adquirida pelos profissionais da educação como mediadores culturais, em sala de aula, se mostre eficiente no combate a exclusão e outros artefatos já citados aqui neste artigo, mostrando o devido valor de cada cultura e expondo a importância de cada uma, e que não há como individualizar e nem caracterizar uma como superior a outra, valorizando assim o aluno, e fazendo com que o mesmo sintam-se estimado.

A escola que deseja pautar sua prática escolar no conhecimento da pluralidade deve incorporar como conteúdo escolar a história e cultura do povo negro, bem como a dos outros grupos sociais oprimidos, e toda a sua trajetória de luta por eles vivida. É o caso também de recusar o material didático que apresentem imagens estereotipadas do negro, voltadas para a construção de atitudes preconceituosas e discriminatórias, pois o estilo ético, crítico e, sobretudo, reflexivo do sujeito, envolvem a assimilação e reconstrução dos conceitos.

Acreditamos que dessa forma, o aluno se deparando com a sua história, sendo estudada, analisada, exposta em conteúdos escolares, e vendo o respeito à diversidade em que ele se encontra, vai elevar a sua auto-estima trazendo o orgulho ao pertencimento racial.

No entanto, sabemos que, abordar temas como preconceito e racismo, assim como a narrativa do povo negro, é algo novo para muitas escolas, é um substancial

que até então, não era objeto de estudo e nem fazia parte do conteúdo estipulado em seus programas.

Por esse motivo, esse ponto trás muitas dificuldades para a maioria dos professores em conduzir essas discussões. Outro fato, é que aparentemente, a falta de material propício também causa esse problema na prática pedagógica. Como ressalta Brandão (2006), este é um lugar que nunca esteve ocupado, sendo necessárias formação e atualização para tratarmos com profissionalismo e responsabilidade desses conteúdos.

Sendo assim, para distorcer a pluralidade no âmbito escolar, é necessário refletir formas de reconhecer, valorizar e coligar a diversidade em aprendizados curriculares.

Concluimos assim que, para formar cidadãos no século XXI, a escola precisa está preparada e ter disponível material didático adequado, e o aumento de acervo de livros da biblioteca sobre o assunto, contemplando as dimensões multiculturais.

Abaixo, apresentamos as principais categorias do multiculturalismo, visando uma prática pedagógica emancipatória.

Nesse sentido, entendemos que a diversidade cultural é a possibilidade de homogeneizar as práticas culturais, sem necessariamente, padronizar a cultura, ou seja, sem seguir modelos padronizados, uma vez que essas práticas devem considerar os aspectos diversos da cultura de cada localidade, sem remetê-los aos padrões das camadas dominantes em detrimento de grupos minoritários.

Muniz Sodré (2002) também corrobora essa questão, afirmando que a experiência da diversidade cultural é a experiência da vivência democrática em seu modo mais radical, ou seja, a radicalidade da experiência democrática representa o reconhecimento da diversidade cultural.

4.1 CATEGORIAS DE UMA PRÁTICA EMANCIPATÓRIA

De acordo com (Gonçalves e Silva 1998) ao multiculturalismo há todo um debate de pluralidade cultural, em que se discute o papel de diferentes povos no contexto cultural e educacional. Nesta direção, indagamos alguns conceitos, das principais categorias do multiculturalismo, que cabe na trajetória, de como a comunidade escolar pode se organizar e estruturar coerentemente, para promover essas discussões e ajudar na dificuldade do professor em fazer uma prática

pedagógica emancipatória, o que só vai haver quando houver a radicalidade democrática, que é o reconhecimento da diversidade cultural.

Diante disso, ressaltamos os seguintes conceitos em relação ao multiculturalismo:

MULTICULTURALISMO - termo que significa diferentes culturas em uma mesma região.(CABRAL,1999).

PRECONCEITO - “Preconceito é a opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém cujo teor é construído a partir de análises sem fundamentos, sendo preconcebidas sem conhecimento e/ou reflexão; prejudgamento “((CABRAL, 2008).

CORPO – Esse não é apartado do todo, pertence ao cosmos, faz parte do ecossistema: o corpo se integra ao simbolismo na forma de gestos, posturas, direções do olhar, mas também de signos e inflexões microcorporais, que apontam para outras formas perspectivas ((CABRAL, 1996, p. 31).

ATITUDE – “A atitude é um sistema relativamente estável de organização de experiências e comportamentos relacionados com um objeto ou evento particular” ((CABRAL, 2008).

RADICALIDADE DEMOCRÁTICA – significa a representação do reconhecimento da diversidade cultural (CABRAL,1999)..

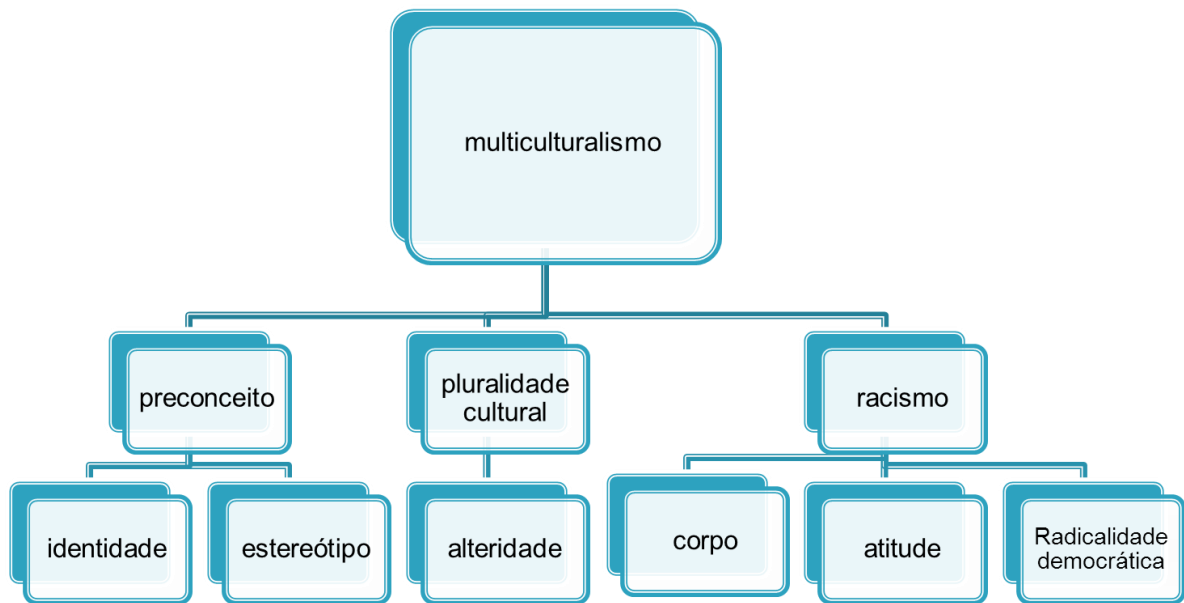
IDENTIDADE – processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referencia mais ampla a outras estruturas sociais. Ele ainda trata sobre esse conceito que não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades, ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade. Ele cita dois exemplos para esclarecer essa questão: as mulheres ainda se relacionam com os homens. E o fundamentalismo religioso ainda tenta converter o mundo.

PLURALIDADE CULTURAL - A pluralidade cultural são diferenças culturais que existem entre o ser humano.

ESTEREÓTIPO - O estereótipo é a prática do preconceito.

ALTERIDADE – É o respeito ao outro

RACISMO – “Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respectivo texto articulou sobre a origem do preconceito no Brasil, debatendo a partir disso, alguns dilemas que diz respeito ao multiculturalismo no espaço escolar, bem como os desafios enfrentados por professores em sala de aula, articulando a categoria identidade nessas discussões, centralizando as diferenças que circulam no ambiente escolar, apontando assim as necessidades da superação de atitudes dogmáticas. Pois a medida que, alunos e professores se colocam em determinação, para trilhar caminhos como, valorizar a diversidade cultural em que estão inseridos, traçando o preconceito e a discriminação, entre outros artefatos, encontrarão desafios diversos, que certamente serão confrontados com dilemas e hesitações respectivos a esses litígios.

Discutir sobre a pluralidade cultural, é sem sombra de dúvidas um tema que gera muita controvérsia, devido a grande amplitude do assunto. É também coevo na maioria das instituições escolares, sendo assim, novas propostas e estratégias estão sendo concebidas em relação a complexidade desse contexto, dando ênfase, no avanço da escola brasileira, com o intuito de degredar o racismo da escola e da sociedade, se tornando uma escola de todos e para todos.

Por fim, tendo em vista esse quadro, podemos concluir, que não apenas o acesso à escola, garante a cidadania dos estudantes brasileiros, mas também o

direito de aprender sobre sua cultura, o que é obrigação do professor e dever do Estado, e isso, sobrevém na abordagem dos conteúdos ensinados na escola. Neste sentido, nos deparando com essa diversidade tão complexa, nos leva a pensar, que pode ser cabível, como forma de desenvolvimento da criança, do seu mundo globalizado.

Com isso, a contribuição que acreditamos deixar com esse trabalho está em levar os nossos leitores a perceberem que o racismo e o preconceito étnico/racial em nossa sociedade tem se perpetuado durante todo esse tempo da nossa existência desde a colonização até os dias hodiernos em que nos proclamamos como uma pátria democrática. Finalmente, tencionamos produzir uma reflexão sobre o assunto, para que aqueles que lerem este artigo possam repensar e reconstruir uma nova maneira de raciocinar e de ver o racismo no Brasil; construindo sua autoidentidade e permitindo também que os outros possam construir.

Consideramos importante entender a complexidade das relações raciais no Brasil. Tal movimento exige problematizar e esmiuçar como são construídas histórica e socialmente as concepções racistas e como em torno delas são engendrados os esquemas interpretativos que informam e orientam as práticas preconceituosas e discriminatórias, muitas vezes “silenciosas”, silenciadas e naturalizadas.

É fato que as crianças em geral não possuem natureza racista, mas a socialização que lhes é imposta pela sociedade as ensina a usar o racismo e seus derivados como armas para ferir as criança as negras, em situações de disputas e até simplesmente para demarcar espaços e territórios, bem ao exemplo dos padrões da sociedade mais ampla. A escola constitui mais uma instituição social na qual as características raciais negras são usadas para depreciar, humilhar e excluir. Assim, depreciadas, humilhadas e excluídas pela prática escolar e consumidas pelo padrão racista da sociedade, as crianças negras têm sua energia, que deveria estar voltada para o seu desenvolvimento e para a construção de conhecimento e socialização, pulverizada em repetidos e inócuos esforços para se sentir aceita no cotidiano escolar.

Entre as possíveis interpretações no campo das ciências humanas e sociais sobre os caminhos traçados pela humanidade, ao longo de seu desenvolvimento milenar, quanto à construção de suas relações sociais, de sua visão de mundo, e da maneira de compreender o processo de conhecimento, uma das que mais

influenciou o pensamento e a prática pedagógica foi o interacionismo, a qual dialoga muito bem com as práticas do muticulturalismo.

Isso é uma construção humana de significados que procura fazer sentido do seu mundo. Trata-se, portanto, de um processo de construção que se dá na relação do sujeito (que conhece) com o entorno físico e social (que é conhecido) e que deve ser significativo para ele. A aprendizagem, portanto, vai depender das condições do indivíduo (hereditariedade, motivação, interesse) bem como das condições do meio do ensinante-aprendente, da instituição ou da escola que tem a função histórica de educar seus cidadãos.

ABSTRACT

The school should not be seen only as a social institution. It should be seen primarily as a space that promotes the development of autonomy and respect the diverse cultures existing in it. Thus, this article is the result of a theoretical study involving discussions on education and black identity, relating them to the construction of the educational process and addressing peculiarities of the formation of personal and cultural identity in Brazilian society. Furthermore, we discuss the construction of black identity in teaching practice. Thus, our caring seeks to know what are the main categories of multiculturalism that favor the development of teaching practices that respect the otherness in Brazilian society? For this, we use a theoretical framework that addresses the issues of multiculturalism in school, detailing the identity category. Thus, our overall goal is to systematize, from the multiculturalist theory, related to the development of practical classes that encourage respect the african-Brazilian culture. To achieve this overall goal, we had to discuss the origin of racism in Brazil and prejudice in school, from the experiences of blacks from the early moments of the social formation of the Brazilian people to the present; understand how issues of racial discrimination are related to school everyday. To this end, this paper is structured as follows: we present the origin of racism in Brazil and prejudice at school. And then treat the main categories that multiculturalism uses, seeking an emancipatory pedagogical practice. We believe that a multicultural teaching practice enables the interplay of democratic radicalism.

Keywords: Multiculturalism. School. Identity. Otherness. Pedagogical practice.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Paula (Coord.) (2006). **A cor da cultura**. Coleção saberes e fazeres. V.1. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.

BACKES, José Linício. **Educação e Sociedade**. Articulando Raça e Classe: Efeitos para Construção da Identidade Afrodescendente. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2002.

CABRAL, M. S. A. **Espaço e Território no Brasil**. In: SANTOS, Juana Elbein dos (Org.). *Democracia e diversidade humana: o desafio contemporâneo*. Salvador: Edições Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil- SECNEB, 1996.

_____. **Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A Narração do Fato** – notas para uma teoria do acontecimento. Vozes, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Cultura Híbridas: estratégias para y salir de la modernidade**. México: Grijalbo, 1990.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMAS, Juan. **Os mitos raciais**. Raça e Ciência I. Coleção Debate, 1970.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil** Rev. Antropol. vol.47 no.1 São Paulo, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário**. Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Discriminações Étnicas Raciais na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira**. Rev. Bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo, V.3/4.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Publifolha, 2001.

SILVA, Claudilene. **A Construção da Identidade Étnico/Racial de Professoras Negras e os Saberes Mobilizados Nesse Processo**. In: Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de Pesquisa sobre Relações Raciais no PPGE/UFPE. Recife: Ed. UFPE, 2010. p. 257 – 298.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. RJ: Graal, 1983.